



EMENDA À PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO PARA O ANO 2007

EMENDA À DESPESA

01 – SEQUENCIAL	
000913	
02 – ÁREA DE GOVERNO	
03 – MINISTÉRIO PÚBLICO	
03 – TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA	04 – MODALIDADE DE INTERVENÇÃO
	90 - DIRETA
05 – PROGRAMA	
0581 – DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	
06 – LOCALIDADE BENEFICIADA	07 – COMPLEMENTO DA LOCALIDADE
NACIONAL	
08 – ESFERA ORÇAMENTÁRIA	09 – UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
ORÇAMENTO FISCAL	34.101 – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
10 – FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	11 – SUBTÍTULO
03.125.0581.2508.0001	FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA APLICAÇÃO DA LEI - NACIONAL

META DO SUBTÍTULO	
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE	QUANTIDADE
UNIDADE APARELHADA (UNIDADE)	33

12 – REGISTRO SUBVENÇÃO	
ÓRGÃO FEDERAL:	NATUREZA:

13 – ACRÉSCIMO À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)					
SEQUENCIAL	FUNCIONAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	VALOR DEDUZIDO (EM R\$ 1,00)
000913	03.125.0581.2508.0001	100	3	90	20.000.000
		100	4	90	20.000.000

14 – CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS					
SEQUENCIAL	FUNCIONAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	VALOR DEDUZIDO (EM R\$ 1,00)
005794	99.999.0999.0998.0105	100	9	00	40.000.000

15 – JUSTIFICAÇÃO

Dar condições ao Ministério Público Federal para que possa exercer, em sua plenitude, sua missão constitucional de fiscalizar a aplicação da Lei é o objetivo desta emenda. Para ser o “fiscal da Lei”, a Constituição Federal atribuiu-lhe a responsabilidade, entre outras, por promover, privativamente, a ação penal pública; por zelar pelo respeito aos poderes públicos, adotando as medidas necessárias à sua garantia; por promover o inquérito civil e a ação civil pública na defesa do meio ambiente e do patrimônio público e social; por exercer o controle externo da atividade policial; por requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos e suas manifestações processuais.

Para exercer essas atribuições com competência, independência e a agilidade que o mundo moderno exige, o Ministério Público Federal necessita manter-se permanentemente atualizado, em termos de recursos humanos e de equipamentos e instalações físicas, não só nas atuais Procuradorias da República nos 27 Estados e nos Municípios, mas também nas que estão e serão instaladas para acompanhar a rápida interiorização da Justiça Federal, como vem ocorrendo.

João Magalhães – Deputado Federal PMDB/MG